



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
Estado do Rio de Janeiro
GABINETE DO PREFEITO

Processo Administrativo

Nº 1930/2022

Fls.

216

de
Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATO: 030/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1930/2022

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.25, da Lei Federal nº8.666/93

DATA DO CONTRATO: 06/05/2022

CONTRATADA: KAVALLUS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA

CNPJ: nº07.873.602/0001-00

TERMO DE CONTRATO PARA A REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO DA CARAVANA DA COMPANHIA E RODEIO TONY NASCIMENTO, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA e KAVALLUS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Aos seis dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e dois, o MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº29.114.139/0001-48, com sede na Praça Visconde Figueira, nº57, Santo Antônio de Pádua/RJ, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Paulo Roberto Pinheiro Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 090.228.547-52 e portador da carteira de identidade nº 11928054-3 Detran/RJ, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e **KAVALLUS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº07.873.602/0001-00, com sede na Rodovia BR 356, s/nº, Cachoeiro, Cardoso Moreira/RJ, representada por **Antônio José de Souza**, portador da carteira de identidade nº05.230.275-9 e inscrito no CPF sob o nº813.541.187-15, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente termo, mediante as cláusulas e condições, que regerão a carta-contrato em harmonia com os princípios e normas de legislação aplicável à espécie, especialmente a **Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores introduzidas no referido diploma legal**, que os contratantes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, à suas estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO)

1.1. O objeto do contrato é a realização do Espetáculo da Caravana da Companhia de Rodeio Tony Nascimento com a apresentação do Artista Tony Nascimento e seus renomados animais, apresentação da Adestadora Lilian Karla com seus cavalos dançarinos e de toda sua equipe, juntamente com a Etapa Nacional da Copa Tony Nascimento de Rodeio, na 41ª Exposição Agropecuária de Santo Antônio de Pádua, com estrita observância de todas as exigências, prazos, normas técnicas, especificações e condições gerais e especiais contidas neste instrumento, com a seguinte infra-estrutura, que ficará a cargo da Companhia Contratada:

1.1.1. Garantir a presença de pelo menos 21 (vinte e um) peões, todos de renome no cenário nacional;

1.1.2. Apresentação de 26 (vinte e seis) touros de rodeio, inclusive touros celebridades:

• Os touros Ponto Final, Rolex, Sadan, Alterado, Bangkok, Poseidon, Rei dos Mares, Lobão, Vai vai, Pizeiro, Trombadinha, Nego Drama e Alcapone que participaram de festas importantes no Brasil, inclusive em Barretos.

1.1.3. Apresentação de 12 (doze) cavalos/éguas de rodeio, entre eles animais consagrados nacionalmente com indicações consecutivas para o troféu Arena de Ouro, O Oscar do Rodeio Brasileiro, como por exemplo, as renomadas éguas Madame Lú, Ressaca, Tequila, Osaka, Mercúrio, Black Whay e Black Power. Além de cavalos que estiveram em Barretos, a Atrevida que ganhou como melhor animal em Barretos 2015/2016, sendo Bicampeã na categoria melhor animal.

1.1.4. Apresentação com os cavalos dançarinos da raça Andaluzes, sob o comando da única adestradora de cavalos em rédea longa e trabalho em liberdade do país, a apresentadora LILIAN KARLA e seu filho TALLEs NASCIMENTO.

- 1.1.5. Apresentação do mini pônei Faly, pela adestradora LORENZA NASCIMENTO de apenas 08 anos de idade.
- 1.1.6. Apresentação de equipe de Palhaços salva-vidas de rodeio;
- 1.1.7. Comentarista e Entrevistador Wanderson de Souza, credenciado pela Confederação Nacional de Rodeios (CNAR – BRASIL) e pelas entidades> Internacional PRO RODEO (IPR), Professional Rodeo COWBOYS ASSOCIATION (PRCA – EUA) e pela Professional BULLS RIDER (P-BR BRASIL).
- 1.1.8. Condução do espetáculo a cargo do grande locutor de Rodeio RONALDO FEITOSA, profissionalmente reconhecido que participou de vários Rodeios Nacionais e Internacionais realizados pela IPR, ALÉM DE Etapas da CNAR;
- 1.1.9. Apresentação da Madrinheira que foi destaque no programa Esporte Espetacular da Rede Globo de Televisão;
- 1.1.10. Assessoria de imprensa/Mídia/Internet e produção fotográfica exclusiva e divulgação em todas as revistas eletrônicas, escritas e jornais do ramo e qualquer outro serviço relacionado, como a cobertura total do rodeio para o site www.tonymascimento.com.br;
- 1.1.11. Cerimonial de abertura do rodeio com iluminação cênica com uso de artes e técnica que dão evidências a ciência de projetar a implementação das fontes de luz e apresentação piro musical um show de fogos dançantes no ritmo musical com a apresentação do artista Tony Nascimento e sua equipe;
- 1.1.12. Transmissão ao vivo para o Brasil e o mundo do evento, dando uma enorme visibilidade do município para o mundo. Projeções das filmagens em Telões com sistema de gravação com replay de todas as montarias e de todo o evento com edição final para produção de um filme compacto de toda a festa.
- 1.1.13. Frete, mobilização e desmobilização de toda a estrutura e animais do rodeio e demais custos com traslado, emolumentos, taxas e impostos referentes ao transporte realizado entre 12 (doze) veículos, sendo carretas e caminhões da empresa.
- 1.1.14. Seguro de vida dos profissionais envolvidos na arena conforme determinação legal e regulamentos do rodeio;
- 1.1.15. Decoração do hall de entrada e dos camarotes com malhas, mobilhas e materiais personalizados.

CLÁUSULA SEGUNDA (DO REGIME DE EXECUÇÃO)

2.1. O objeto do contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais)**, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para totalidade do período na cláusula quarta.

3.2.1. O pagamento será de:

- 50% em até 30 dias após a assinatura do contrato e
- 50% no primeiro dia do evento.

3.3. Havendo atraso no pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, serão devidos pelo Contratante 0,033%, por dia, sobre o valor da parcela devida, a título de compensação financeira.

3.4. Por eventuais atrasos injustificados, serão devidos à Contratada, juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando ao ano 6% (seis por cento).

3.5. Entende-se por atraso o prazo que exceder 30 (trinta) dias da apresentação da fatura.

3.6. Ocorrendo antecipação no pagamento dentro do prazo estabelecido, o Contratante fará jus a um desconto de 0,033% por dia, a título de compensação financeira.

CLÁUSULA TERCEIRA (DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO DO OBJETO)

4.1. O prazo para a execução do objeto são de **03 (três) dias, com início em 05 de agosto de 2022 e com término em 07 de agosto de 2022**, sem interrupção e prorrogável na forma da lei, mediante justificativa por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente, assegurada a manutenção do equi-

Processo Administrativo
Nº 1930/2022
Fis. 218
Secretaria Municipal de Turismo e Lazer
Luziânia

bió econômico-financeiro, nas hipóteses previstas na **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, especialmente os motivos elencados no **§1º do artigo 57 do referido diploma legal**.

4.1.1. As apresentações terão a duração de 1h30m (uma hora e trinta minutos) e serão realizadas uma vez ao dia, com início às 21h (vinte e uma horas) e com término às 22h30m (vinte e duas horas e trinta minutos).

4.2. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

4.2.1. Provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante termo circunstanciado, assinado pelo Contratante e Contratada, nos termos do artigo 73, I, a da Lei Federal nº8.666/93;

4.2.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelo Contratante e Contratada, em até 90 (noventa) dias, contados da data da aceitação provisória, nos termos do artigo 73, I, b da Lei Federal nº8.666/93.

4.3. O Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com o contrato, conforme o artigo 76 da Lei Federal nº8.666/93.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ética profissional pela perfeita execução da carta-contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA QUINTA (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Programa de Trabalho e Elemento da Despesa do Orçamento da Secretaria Municipal de Turismo e Lazer:

Funcional Programática: 27.695.0188.2.251

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00

Despesa Reduzida: 746

Fonte de Recursos: 001 – Recurso Próprio

Funcional Programática: 27.695.0188.2.251

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00.00

Despesa Reduzida: 747

Fonte de Recursos: Royalties

CLÁUSULA SEXTA (DAS OBRIGAÇÕES)

6.1. São obrigações da Contratada:

6.1.1. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, à suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme determina o artigo 69 da Lei Federal nº8.666/93;

6.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o artigo 55, XIII da Lei Federal nº8.666/93;

6.1.3. Indenizar todos os custos financeiros que porventura venham a ser suportados pelo Contratante por força de sentença judicial que reconheça a existência de vínculo empregatício, bem como por qualquer tipo de autuação ou ação que venha sofrer em decorrência da execução do contrato que incorra em dano ou indenização, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

6.1.4. Observar os regulamentos, leis, posturas e as determinações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), os dispositivos legais vigentes e as Normas Técnicas de Saúde e Segurança do Trabalho, bem como adotar todas as providências e obrigações, quando seus empregados forem vítimas de acidentes de trabalho no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências de locais do Contratante;

6.1.5. Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978;

6.1.6. Prestar esclarecimentos e informações solicitados pelo Contratante;

6.1.7. Garantir aos fiscais indicados pelo **Contratante** acesso ao local da execução do **serviço**;

6.1.8. Cientificar o **Contratante** de qualquer ocorrência anormal na execução do **serviço**.

6.2. A **Contratada** é responsável pelos ônus, obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto, bem como as relativas às legislações civil e criminal. A inadimplência da **Contratada** com referência a esses encargos não transferem ao **Contratante** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do **contrato**.

6.3. O **Contratante** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **Contratada** com terceiros, ainda que vinculados à execução da carta-contrato.

6.4. A **Contratada** assume exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, sendo a única responsável por quaisquer danos causados a terceiros e ao **Contratante**, pelos atos praticados pelos seus empregados, prepostos ou subordinados, mesmo que tenham sido adotadas medidas preventivas.

6.5. São obrigações do **Contratante**:

6.5.1. Local para confinamento dos animais com instalação de água, condições de higiene e segurança;

6.5.2. 05 (cinco) baias para cavalos Dançarinos e de Pista;

6.5.3. Preparo do solo da arena do rodeio (limpeza, compactação, areia);

6.5.4. Energia: transformador ou gerador para o evento, equivalente a 150 KVA;

6.5.5. As documentações necessárias para realização da festa;

6.5.7. Hospedagem para 21 pessoas e alimentação para 35 pessoas, envolvidas no rodeio.

Processo Administrativo	Fis.
Nº 1930/2022	219
Secretaria Municipal de Licitação	Rubrica

CLÁUSULA SETIMA (DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO)

7.1. O **contrato** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei Federal nº8.666/93 e alterações posteriores**, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. A **Contratada** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **Contratante**, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

7.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da **Contratada** quanto à integridade e à correção da execução do objeto a que se obrigou, suas consequências e implicações perante o **Contratante**, terceiros, próximas ou remotas.

7.4. A execução do **contrato** será acompanhada por um representante do **Contratante** especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O servidor designado pelo **Contratante** irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução das obrigações e do desempenho da **Contratada**, sem prejuízo desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.5. A **Contratada** deverá manter preposto, aceito pelo **Contratante** para representá-lo na execução do **contrato**.

CLÁUSULA OITAVA (DA RESCISÃO)

8.1. Constituem motivos para rescisão do **contrato**, por ato unilateral do **Contratante**, os motivos elencados no **artigo 78, I a XII e XVII da Lei Federal nº8.666/93**, mediante decisão fundamentada, assegurados o contraditório, a defesa prévia e ampla defesa, acarretando a **Contratada**, no que couber, as consequências previstas no **artigo 80 da Lei Federal nº8.666/93**, sem prejuízo das sanções estipuladas em lei e neste termo, conforme abaixo:

8.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos pela **Contratada**;

8.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos pela **Contratada**;

8.1.3. A lentidão de seu cumprimento, levando o **Contratante** a comprovar a impossibilidade da conclusão do **serviço**, nos prazos estipulados pela **Contratada**;

8.1.4. O atraso injustificado no início do **serviço** pela **Contratada**;

8.1.5. A paralisação do **serviço** pela **Contratada**, sem justa e prévia comunicação ao **Contratante**;

8.1.6. O desatendimento pela **Contratada** das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.7. O cometimento reiterado de faltas na sua execução pela **Contratada**;

Processo Administrativo Nº 1930/2022 Fis. 220
Inexigibilidade de Licitação

- 8.1.8. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **Contratada**;
- 8.1.9. A dissolução da sociedade da **Contratada**;
- 8.1.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **Contratada**, que prejudique a execução do **contrato**;
- 8.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **Contratante** e exaradas no processo administrativo a que se refere ao **contrato**;
- 8.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **contrato**.
- 8.2. A rescisão do **contrato** ainda poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para o **Contratante** ou judicial, nos termos da legislação.
- 8.3. A inexecução total ou parcial do presente **contrato** enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais aqui estipulas e as previstas em lei ou regulamento, especialmente no **artigo 77 da Lei Federal nº8.666/93**.
- 8.4. A rescisão do presente **contrato** dar-se-á ainda, nas hipóteses previstas nos **incisos XIII a XVI e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº8.666/96**.

CLÁUSULA NONA (DAS SANÇÕES)

- 9.1. A **Contratada**, na hipótese de inexecução parcial ou total do **contrato**, ressalvados os casos fortuitos e de força maior devidamente comprovado, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:
- 9.1.1. Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo;
- 9.1.2. Multa administrativa, que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor da parcela inadimplida, nas hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza;
- 9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ**, por prazo não superior a dois anos;
- 9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- 9.2. A advertência será aplicada em casos de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízo ao interesse do **serviço**.
- 9.3. A penalidade de suspensão temporária e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 anos poderá ser aplicado à **Contratada** nos seguintes casos, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos:
- 9.3.1. Reincidência em descumprimento do prazo contratual;
- 9.3.2. Descumprimento parcial total ou parcial de obrigação contratual;
- 9.3.3. Rescisão do **contrato**;
- 9.3.4. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 9.3.5. Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- 9.3.6. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 9.4. As penalidades previstas de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa, sendo assegurada à **Contratada** a defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa.
- 9.5. Ocorrendo atraso injustificado na execução do **serviço**, por culpa da **Contratada**, ser-lhe-á aplicada multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se em mora independente de notificação ou interpelação.
- 9.6. Os danos decorrentes de culpa ou dolo da **Contratada** na execução do objeto, serão ressarcidos ao **Contratante** no prazo máximo de 03 (três) dias, contados de notificação administrativa, sob pena de multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do **contrato**, por dia de atraso.
- 9.7. As multas administrativas e moratórias previstas no presente **contrato** poderão ser aplicadas cumulativamente e não têm caráter compensatório e o seu pagamento não elide a responsabilidade da **Con-**

trátada pelos danos causados ao Contratante e, ainda, não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas na Lei Federal nº8.666/93 e que o contrato seja rescindida unilateralmente.

9.8. A multa aplicada deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da correspondente notificação e poderá ser descontada de eventuais créditos que a Contratada tenha junto ao Contratante, sem embargo de ser cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA (DA VINCULAÇÃO À DISPENSA E A PROPOSTA)

10.1. Este contrato está vinculado à Inexigibilidade nº 1930/2022, bem como a proposta apresentada pela Contratada, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

11.1 Este contrato regula-se com os princípios e normas de legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº8.666/93 e suas alterações posteriores, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente e nos casos omissos, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público e privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DOS TRIBUTOS E DAS DESPESAS)

12.1. O Contratante, por ocasião dos pagamentos referentes à execução do objeto do presente contrato, reserva-se o direito de reter valores relativos aos tributos de sua competência e os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, parafiscais, contribuições e importâncias devidas à Seguridade Social quando pela legislação vigente for obrigado a realizar a respectiva retenção, recolhendo-se nos prazos legais.

12.2. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO)

13.1. A publicação resumida do instrumento desse contrato na imprensa oficial será providenciada pelo Contratante nos termos do artigo 61, § único da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DO FORO)

14.1. O foro da Cidade e Comarca de Santo Antônio de Pádua será o único competente para dirimir todas e quaisquer dúvidas relativas ao presente contrato, excluído qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DAS DISPOSIÇÕES GERAIS)

15.1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante assinatura de Termo Aditivo, nas hipóteses enumeradas no artigo 65 e artigo 58, I da Lei Federal nº8.666/93, desde que, devidamente justificado por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

15.3. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, conforme artigo 65, §1º da Lei Federal nº8666/93.

15.4. Das decisões relativas à rescisão contratual e aplicação das sanções previstas nesse instrumento cabem recurso constantes do artigo 109 da Lei Federal nº8.666/93.

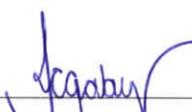
Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado em quatro vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes e na presença de duas testemunhas.

CONTRATANTE
Município de Santo Antônio de Pádua
Paulo Roberto Pinheiro Pinto
Prefeito Municipal

CONTRATADA
KAVALLUS EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA
Antônio José de Souza

TESTEMUNHAS:

1 

2 

CPF: 017.445.157-19

CPF: 088.569.067-24